

A NOÇÃO DE IDENTIDADE, A DEFINIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO E O CONCEITO DE PAPEL SOCIAL: a busca de relações a partir da idéia de loucura

Maurício Castanheira

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pedelhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as conseqüências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral as coisas são o que parecem ser." (Goffman, E. 1975, p. 25)

O texto procura resgatar o conceito de identidade em sua relação com a idéia de representação. Foi originalmente elaborado como resultado de uma pesquisa empreendida em uma instituição psiquiátrica que abrigava pacientes crônicos na década de 80 no Rio de Janeiro. Pretende manter-se atual na medida em que relaciona o Interacionismo Simbólico de Erving Goffman, a Teoria dos Papéis de Deutsh e Krauss e o debate acerca da definição contemporânea de Identidade.

Para começar, o indivíduo considerado louco, que julga a si próprio como tal, solicita da platéia o aplauso. Por outro lado, a platéia que boceja diante de uma interminável e monótona procissão de autômatos, resolve no meio do espetáculo pedir mais emoção, mais agitação, mais loucura. E eis que surge a solução: alguém aceita o papel de maldito e representa para uma platéia curiosa e amedrontada a peça de um único ato e vários autores (desesperados pois não conseguem imaginar um bom desfecho).

É claro que não somente a loucura sobe ao palco: existem certamente outras tantas personagens para distrair a platéia: as drogas, a delinqüência, a miséria, a corrupção (desde que se tome o cuidado para não denunciar alguém da platéia). Há realmente muitas precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivêssemos com o perpétuo receio de escapar do que somos, de fugir e de repente nos vermos livres da própria condição.

Parece que se está divertindo, representando algo. Ele está representando o papel do 'louco'. Nada há nisso de surpreendente. O jogo é uma espécie de demarcação e investigação; sua condição, inteiramente cerimonial.

O público exige dos atores que se apresentem como em um ritual. Assim como um soldado em posição de sentido, torna-se um soldado-coisa, com um olhar reto, que não vê absolutamente nada, que não se destina mais a ver, pois é o regulamento ou o interesse do momento que determina o ponto onde deve fixar o olhar. A sociedade exige que o louco se limite à sua função.

Lembrando Erving Goffman, ao pensar numa representação:

É fácil supor que o conteúdo da encenação é somente uma extensão expressiva do caráter do ator e ver a função da representação nesses termos pessoais. Esta é uma concepção limitada e pode obscurecer diferenças importantes para a interação como um todo. Se tratarmos uma interação como um diálogo entre duas equipes, às vezes será conveniente chamar uma delas de atores e a outra de platéia ou observadores, deixando de lado momentaneamente o fato de que a platéia também estará apresentando uma representação de equipe. (Goffman, 1975, pp. 76 e 89)

Não se trata de diminuir a importância do desempenho individual dos atores, ou de supervalorizar a presença da platéia. Contudo, é necessário prosseguir a investigação, analisando as relações entre 'representação' e 'identidade'. Observemos o que nos diz a respeito Antonio da Costa Ciampa:

É a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade. A posição de uma identidade, em última análise, resulta de um processo de medida em que dois objetos são relacionados, considerando-se um deles como o padrão que serve para identificar o outro; como o padrão não é problemático, pressupostamente é verdadeiro e correto, por equivalência, o segundo também o é. (Ciampa, 1987, p. 169)

A noção de identidade precisa ser entendida como ponte entre a definição de representação e o conceito de papel social. Esclarece ainda Ciampa, sobre a questão da identidade:

Vejamos: Quando alguém é identificado como PAI? Pode-se responder que é quando nasce uma criança gerada por esse indivíduo; esse fato, contudo, assim considerado, ainda é um fato físico - e ser pai é um fato social. A paternidade torna-se um fenômeno social, quando aquele evento físico é classificado como tal, por ser considerado equivalente a outras paternidades (prévias). O PAI se identifica (e é identificado) como tal por se encontrar na situação equivalente de outros pais (afinal, ele também é filho de um pai). Se ele é PAI (como algo já dado e não se

dando), sua identidade de pai está constituída (é imutável). (Idem, p. 170)

A identidade pode ser compreendida, assim, através da localização de uma dupla função, ou seja, ela servir para diferenciar e para, quase ao mesmo tempo, igualar. Por exemplo, quem é chamado João identifica-se a outras pessoas de mesmo nome. Ao mesmo tempo, João tem a marca de uma identidade diferente de quem se denomina Mário.

Entretanto, a identidade apresenta um grau de complexidade maior. Levando em conta o exemplo anterior, se alguém assume o nome João, precisa deixar de lado momentaneamente outras características que também lhe pertencem.

Em cada momento de minha existência, embora seja uma totalidade,, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. Quando estou frente a meu filho, relaciono-me como pai; com meu pai, como filho; e assim por diante. Contudo, meu filho não me vê apenas como pai, nem meu pai apenas como filho; nem eu compareço frente aos outros como portador de um único papel, mas sim como REPRESENTANTE de mim, com todas as minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto. Desta forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. (Ciampa, 1987, p. 67)

Aprofundando estas questões, remontemos a uma clássica estória da psiquiatria para tentar levantar argumentos contra o uso indiscriminado do Polígrafo ou, mais comumente conhecido, 'detector de mentiras'. Contam os antigos que, em determinada época um grupo de estudiosos resolveu mostrar a eficiência de tão empolgante exame que, segundo diziam os mais experimentados, quase nunca falhava. Isto posto, decidiram escolher, ao acaso, um interno crônico com um quadro clássico.

Encontraram um senhor que andava sempre a apertar o abdome com um certo ar imperial e só respondia se o chamasse pelo nome de NAPOLEÃO.

Foi dito a 'Napoleão' que ele teria que responder a uma série de perguntas, sempre procurando falar a verdade, nada mais que isso.

Como se sabe, o Polígrafo é um mecanismo que, movendo ao mesmo tempo vários registros, demonstra uma regularidade em relação ao funcionamento de certas partes do corpo humano. Assim, se durante uma entrevista o sujeito não altera sua freqüência nas respostas e, subitamente,

em determinada resposta, aquela se altera, pode-se suspeitar que o indivíduo esteja mentindo.

Foi iniciada, então, a série de testes com um 'Napoleão' aparentemente seguro de si, respondendo a perguntas banais, possibilitando o registro de uma freqüência.

Em determinado ponto da investigação, um dos especialistas perguntou:

- Você é Napoleão?

E teve resposta imediata:

- NÃO! Não sou Napoleão.

O Polígrafo disparou, a freqüência foi profundamente alterada, levando todos os presentes a acreditar que 'Napoleão' mentia, quando afirmava não ser Napoleão.

Talvez por precaução, medo ou punição ou simplesmente para proteger sua própria identidade, o herói desta estória precisasse abrir mão de um papel para assumir outro.

A platéia confundiu o ator, que, ao final, confundiu a platéia.

No exemplo 'Napoleão' existia como negação de si mesmo, ao mesmo tempo que era o que estava sendo. Ou seja: o paciente, que não era Napoleão, mas que afirmava a todo momento sê-lo, no instante em que declara não ser Napoleão, diz uma verdade e uma mentira.

Isso é identidade: ser e não ser, estar-sendo e ser-sem-estar-sendo.

Reforça-nos o raciocínio a argumentação de Ciampa:

Em conseqüência, sou o que estou sendo (uma parcela de minha humanidade); isso me dá uma identidade que me nega naquilo que também sou-sem-estar-sendo (a minha humanidade total) .

Essa identidade que surge como representação de meu estar-sendo (como parcialidade) se converte num pressuposto de meu ser (como uma totalidade), o que formalmente transforma minha identidade (entendida como um dar-se numa sucessão temporal) num dado atemporal - sempre presente (entendida como identidade pressuposta re-posta numa sucessão temporal). (Ciampa, 1987 p. 173).

O 'Napoleão' da narrativa anterior era o representante de um ser humano com potencialidades existenciais maiores do que era representado. O fracasso do exame legitimou algo que para todos já era uma realidade, apesar de demonstrar que tudo não passava de fantasia, de uma armadilha da representação.

Indagamo-nos, pois, como alguém se representa ou como pode ser representante de si mesmo?

A resposta mais próxima estaria ligada à existência de papéis, ao desempenho de papéis, ao fato de que escolhemos assumir alguns papéis em detrimento de outros.

Procuramos então definir o conceito de 'papel social' . Um dos trabalhos mais completos é o de Morton Deutsch e Robert Krauss (04). Os autores afirmam que, dentro de uma cultura, dada posição se associa com um conjunto de normas e expectativas. Estas expectativas especificam os comportamentos que o ocupante de uma posição (ou status) pode dirigir adequadamente quando em interação com o ocupante de uma outra posição e, de maneira recíproca, os comportamentos que este pode dirigir adequadamente, quando em interação com o primeiro. O conceito de papel se relaciona com estas expectativas.

O uso atual do termo *papel* comporta ao três conceitualizações, na perspectiva de Deutsch e Krauss:

1. O papel consiste no sistema de expectativas que existem no mundo social que rodeia o ocupante de uma posição, expectativas referentes a seu comportamento frente aos ocupantes de outras posições. Devemos falar neste caso em *papel prescrito*;

2. O papel consiste naquelas expectativas específicas em que o ocupante de uma posição percebe como aplicáveis a seu próprio comportamento quando interage com os ocupantes de outra posição. Devemos denominar *papel subjetivo*;

3. O papel consiste nos comportamentos manifestos específicos do ocupante de uma posição quando interage com os ocupantes de alguma outra posição. Esta atividade deve denominar-se *papel desempenhado*.

Segundo os autores, o PAPEL SOCIAL seria um conjunto de prescrições que determinam a conduta apropriada daquele que ocupa uma posição social.

O termo 'papel' será empregado como desempenho do que está prescrito, de expectativas de comportamento determinadas culturalmente, carregando direitos e obrigações.

Em um sistema social coerente e bem integrado, com normas corretamente percebidas, o papel prescrito e o papel subjetivo serão bastante semelhantes, o que acarreta satisfação individual e institucional.

Desta forma, quando o sujeito faz algo percebido como correto e esperado como tarefa a realizar, o papel subjetivo e o papel desempenhado estão em acordo.

Sarbin e Allen (1969, pp. 488-558) lembram que o termo 'papel' vem emprestado diretamente do teatro, sendo uma metáfora que procura mostrar que o comportamento adere antes a certas partes ou posições do que aos artistas que as lêem ou recitam. Em uma teoria de papéis o estudo do indivíduo em si não tem lugar, mas o objeto de estudo seria a atribuição de papéis a pessoas em ambientes sociais.

Um indivíduo é influenciado por diversos tipos de papéis. A conformidade às expectativas de papel indicam aderência às normas do grupo.

Uma das principais causas da não conformidade às prescrições de papel é o fato de pertencer, simultaneamente, a diferentes grupos, cujas prescrições podem ser diferentes, ou até mesmo conflitantes.

No caso do 'louco', este faz parte de um sistema social, o sanatório, e como tal está sujeito a uma série de prescrições que lhe impõem determinados deveres e obrigações. Mas o interno está concomitantemente desempenhando um determinado papel na sociedade mais ampla, qual seja o

bode expiatório, de desviante, de irresponsável jurídica e/ou socialmente. Ora, nesta medida, ao 'escolher' um determinado quadro de sintomas, o faz em função de seus interesses e atitudes diante daquele determinado grupo social que o marginalizou (ou enlouqueceu), e, assim sendo, já apresenta uma certa imagem da 'doença', que pode ou não coincidir com a que lhe é imposta na instituição psiquiátrica. Até que ponto pode essa instituição preocupar-se com o entendimento da loucura? Observe-se que isto pode ser uma fonte de conflitos no hospício, entre as disposições do indivíduo que desempenha o papel prescrito socialmente e as expectativas da platéia.

Para desenvolver mais a noção de papel subjetivo, é bom lembrar que as expectativas específicas de papel compreendem direitos e privilégios, deveres e obrigações percebidas como corretas de um ocupante de uma posição social em relação às pessoas (e não à cultura, como no papel prescrito) que ocupam outras posições na estrutura social. Um sujeito, em qualquer posição social, é confrontado com muitos outros sujeitos que ocupam posições complementares em interação com ele. Ela atua de forma diferente na interação com cada um dos papéis complementares, no sistema do qual sua posição pretende-se uma unidade. Isto significa que o ocupante de qualquer posição aprende simultaneamente as prescrições para o seu papel e para papéis relacionados.

Ainda em Deutsh e Krauss (1976, p. 191) encontra-se uma delimitação do ato de desempenhar, justamente em relação à Teoria de Erving Goffman; segundo os autores, que desenvolveu um esquema para a análise da interação social baseado na analogia da representação teatral, acreditava que, para que tal interação fosse viável, seria necessário obter-se primeiro informações acerca daqueles com quem se interatuaria, através da aparência, da experiência prévia com indivíduos semelhantes, o contexto social em que se encontra a pessoa etc. Porém o mais importante seria a informação que comunica uma pessoa sobre si mesma do que diz e faz.

Na medida em que essa informação está sujeita em grande medida ao controle individual, pode-se, ao menos, dentro de certos limites, controlar a 'imagem' que um indivíduo projeta e outros chegam a aceitar.

Chega-se assim a uma das construções centrais na obra do sociólogo americano. Para ele, desempenho se define como toda atividade de um participante determinado em uma situação dada, que pode influir de algum modo em qualquer dos outros participantes.

Durante um desempenho, o ator (sujeito cujo comportamento estudamos) pode desempenhar um movimento ou prática, também chamado parte ou rotina, uma pauta preestabelecida de ação que se desenrola durante um desempenho que pode ser apresentada ou representada em outras ocasiões.

Quando um indivíduo ou ator desempenha o mesmo movimento para o mesmo público em diferentes ocasiões há probabilidade de surgir um relacionamento social. (Goffman, 1975, p.24).

A conexão entre as idéias de Goffman e os conceitos da Teoria dos Papéis é clara. Vejamos o que nos diz Goffman:

Definindo papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes movimentos pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas.
(Goffman, 1975, p. 24)

Cabe então a pergunta : Como pode o louco representar para platéia tão grande e heterogênea?

A resposta não é simples e oferece muitas dificuldades para a Psicologia e principalmente, a Psicologia Social.

Erving Goffman assinala em muitas oportunidades que sua concepção é somente uma das várias perspectivas pelas quais se pode examinar a vida social e, mais especificamente, o fenômeno da Representação Social.

Entretanto, não se pode perder de vista as limitações do modelo analógico e dos exemplos utilizados para configurar uma hipótese, na medida em que tais exemplos podem proporcionar, por sua natureza, poucos elementos confirmatórios. Mais importante ainda, sabe-se que teorias cuja informação se baseia fundamentalmente no exemplo, são muito suscetíveis de refutação.

Com argumento tão incisivo, é preciso ficar claro que se pretende utilizar neste trabalho um modelo para discutir a Representação Social e suas implicações quanto à identidade e aos papéis sociais, levando em consideração o que afirma Sílvia Lane, em relação à Psicologia Social Clássica:

Se a Psicologia apenas descrever o que é observado ou focar o Indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, ela terá uma ação conservadora, estatizante - ideológica - quaisquer que sejam as práticas decorrentes. Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social.
(Lane, 1984, p. 15).

Se de um lado podemos criticar a falta de compromisso científico do Interacionismo Simbólico, por outro lado podemos criticar o Positivismo que anulou o Ser Humano, como produto e produtor da história; ou encontrava-se um homem socialmente determinado ou um outro que era causa de si mesmo (Sociologismo X Biologismo) .

Na medida em que a gnose positivista descrevia comportamentos restritos no espaço e no tempo, estes comportamentos, mediados pelas

instituições sociais, reproduziam infinitamente a ideologia dominante, levando-se a considerá-los como NATURAIS e UNIVERSAIS.

Durante muito tempo os Psicólogos Sociais preocuparam-se apenas com a reprodução, com pequenas variações das condições sociais nas quais o Indivíduo vive. Observemos o que afirma Sílvia Lane: (Lane, 1984, p. 13)

A ideologia, como produto histórico que se cristaliza nas instituições, traz consigo uma concepção do Homem necessária para reproduzir relações sociais que, por sua vez, são fundamentais para a manutenção das relações de produção da vida material da sociedade como tal. Na medida em que a história se produz dialeticamente, cada sociedade, na organização da produção de sua vida material, gera uma contradição fundamental que, ao ser superada, produz uma nova sociedade, qualitativamente diferente da anterior. Porém, para que esta contradição não negue a todo o momento a sociedade que se produz, é necessária a mediação ideológica, ou seja, valores, explicações tidas como verdadeiras que reproduzem as relações sociais necessárias para a manutenção das relações de produção (. . .)

A consciência da reprodução ideológica inerente aos papéis socialmente definidos permite aos Indivíduos no grupo superarem suas individualidades e se conscientizarem das condições históricas comuns aos membros do grupo, levando-os a um processo de identificação e de atividades conjuntas que caracterizam o grupo como unidade. (Lane, 1984, p.13 e 17. Grifos nossos).

Segundo esta perspectiva, retornando à questão da representação, podemos resumí-la em três pontos, de acordo com o estudo de Antonio da Costa Ciampa (1987):

- 1° - Representar comparecendo como representante de si próprio, transformando-se em um desigual de si por representar.
- 2° - Representar o outro que é ele mesmo com múltiplas determinações. Estar sendo parcialmente, como desdobramento.
- 3° - Representar no sentido de re(a)presentar, repor no presente, caracterizando o impedimento de expressar um outro OUTRO que o sujeito também é (o-que-é-sem-estar-sendo).
Se deixasse de representar, expressaria este outro OUTRO que também é, negando assim a negação imposta ao seu ser, através da predicação.

Algumas informações tornam-se necessárias para tornar mais claro o esquema anterior como, por exemplo, definir melhor a função de predicação.

Vejamos o que propõe Ciampa:

Ao dar nome a alguém, ao chamar alguém de uma maneira, torno esse alguém determinado. Isso, porém, pode me fazer esquecer o momento anterior em que esse alguém se tornou presente para mim, separando-se como um objeto para minha consciência. Ele nasceu, então é nascido. A manifestação do ser é sempre uma atividade; neste exemplo: NASCER (só depois ele É nascido).

O que pode ser percebido é que qualquer predicação é predicação de uma atividade anterior, genericamente de uma presentificação do ser (Ciampa, 1987, p. 133).

Um nome ou, mais ainda, uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. É como se cada indivíduo encarnasse as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história ou um projeto de vida: uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais.

No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas por ela.

A questão da identidade deve ser vista não apenas como uma questão científica ou meramente acadêmica. É sobretudo uma questão social, uma questão política, como muito bem argumenta Costa Ciampa.

Nossa linguagem cotidiana tem dificuldades de falar ao ser como atividade - como acontecer, como suceder. Acabamos por usar substantivos que criam a ilusão de uma substância de que o indivíduo seria dotado, substância que se expressaria através dela.

Por isso, quando representamos a identidade, usamos com muita frequência proposições substantivas (Severino é lavrador), em vez de proposições verbais (Severino lavra a terra). Pelo fato de interiorizarmos o que é predicado, a atividade coisifica-se sob forma de uma personagem que subsiste independentemente da atividade que a engendrou e que a deveria sustentar (Severino é lavrador porque lavra a terra). (Ciampa, 1987,p.133).

Um nome identifica o sujeito e os sujeitos com ele se identificam. Por isso alguém diz 'Eu me chamo 'Napoleão' . . . Então, ' nós nos chamamos ', mas isto só depois de uma certa idade, pois inicialmente somos chamados por um nome que nos foi dado.

Interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem. Até certa fase esta relação é transparente; depois de algum tempo, torna-se menos direta e mais seletiva.

Se de início alguém é chamado e depois se chama a si próprio com um nome (ou qualquer outra predicação), adquire a capacidade de através da consciência pensar a si próprio como objeto e não mais como sujeito.

A identidade, que inicialmente assume a forma de um nome próprio, vai adotando outras formas de predicações como papéis.

A forma personagem é sua melhor expressão.

Procuremos esclarecer os limites da categoria personagem, fundamental para o presente trabalho, com a ajuda de Ciampa:

Imagine um grupo de alunos antes do início do curso perguntando: Quem é o professor de Psicologia Social ? Se a resposta pudesse ser um papel a pergunta não teria cabimento,, porque professor é alguém que ministra cursos na sua área de especialização; o papel é conhecido. Imagine que então alguém responde: O professor é fulano; se o nome for de uma personagem conhecida, certamente os alunos terão satisfeita a curiosidade. Ah! É ele. Porém, se for o nome de uma personagem desconhecida, poderão ainda perguntar: Quem é esse cara? Qual é a dele? A personagem é o que se quer conhecer. (Ciampa, 1987, p.134)

A identidade assume, pois, a forma PERSONAGEM, ainda que esta seja chamada pelo nome próprio, por um apelido, por um papel.

Devemos então, até aqui, agrupar uma série de constatações:

- a identidade é sempre pressuposta, ou seja, mesmo sem conhecê-la, pressupomos que exista;
- não apenas o nome fornece identidade; outras representações também o fazem;
- quanto mais dados, mais complexa se torna a tarefa de localizar e/ou definir a identidade;
- em lugar de dados, deve-se buscar a ação, a atividade.

Assim, não se buscará o louco, mas sua loucura, seus sintomas, seus diagnósticos, suas medicações (ou intervenções terapêuticas, se preferirem). A busca se concentrará na fala do poeta, do povo, do escritor e dos loucos, personagens que se vão engendrando umas às outras pelo agir e pelo dizer. Quando for possível conhecer as personagens que 'cercam' o louco, ele será mais facilmente conhecido.

À medida que as personagens se vão constituindo, vai-se constituindo também um universo, um conjunto de significações instituídas em virtude das relações inter e intra-imagens.

A língua, invenção anônima e coletiva, passa a ser uma invenção assinada e individual que, ao espelhar um espírito coletivo, ultrapassa o indivíduo - transborda a assinatura. Toda autoria é anônima; traz um nome cuja propriedade é coletiva. (Victor Knoll, 1983, p.38).

Mesmo assim, nosso ponto de partida pode ser a própria REPRESENTAÇÃO considerando-a também enquanto produção, de tal forma que a identidade passe a ser entendida como o próprio processo de identificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e combate à Pobreza**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo, EDUSP, 1981.
- ARTAUD, Antonin. Carta aos Médicos-Chefes de Manicômios. In: **Escritos de Antonin Artaud**. Porto Alegre, (L & PM Editores, 1983. pp 30-31).
- ASSIS, Machado de . **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar , 1985. 5ª ed. Vol. 2.
- BENEVIDES, Maria Victoria & Ferreira, Rosa Maria Fisher. Respostas Populares e Violência Urbana: O Caso de Linchamento no Brasil (1979-1982)In: **Crime Violência e Poder**. São Paulo, Brasiliense, 1983. pp. 225-243.
- BIRMAN, Joel. **A Psiquiatria como Discurso da Moralidade**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- _____. **Enfermidade e Loucura**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- .CASTEL, Robert. Intervenções. In: -. **Psiquiatria e Antipsiquiatria em Debate**. Porto, Afrontamento, 1977. pp. 55-62.
- _____. **A Gestão dos Riscos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e A História da Severina**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CODO, Wanderley. Relações de Trabalho e Transformação Social. In: LANE, Sílvia et alii. **Psicologia Social : O Homem em Movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984. pp. 136-151.
- COOPER, David et alii. **Psiquiatria e Antipsiquiatria em Debate**. Porto, Afrontamento, 1977.
- _____. **Psiquiatria e Antipsiquiatria**. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, Campus, 1981. 3ª. ed.
- _____. **Violência e Psicanálise** . Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.
- CUNHA, Maria Clementina P. Juquery. **A História de um Asilo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DEUTSCH, Morton & KRAUSS, Robert M. **Teorias em Psicologia Social**. Buenos Aires, Paidós, 1976.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. **A História da Loucura**. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- _____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. **Cadernos da PUC I** .. 1978.
- FREIRE, Roberto. **Viva EU Viva TU, Viva o Rabo do Tatu**. São Paulo, Global, 1983. 5ª ed.
- GIANNOTTI, José Artur. **Trabalho e Reflexão**. São Paulo, Brasiliense, 1984. 2ª ed.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Quotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1975.
- _____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- _____. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 3ª ed.
- HABERMAS, Jürgên. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HEINS, R. Sontag et Alii. **Psiquiatria e Subdesenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- KESEY, Ken. **Um Estranho no Ninho**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, /s.d./.
- KNOLL, Victor. **Paciente Arlequinada**. São Paulo, HUCITEC, 1983.
- LAING, Ronald David. **Laços**. Petrópolis, Vozes, 1974.
- _____. **Razão e Violência**. Petrópolis, Vozes, 1982. 2ª ed.
- _____. **O Eu Dividido: estudo existencial da sanidade e da loucura**. Petrópolis, Vozes, 1982.
- LANE, Sílvia et alii. **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LAPLANTINE, François. **Etnopsiquiatria**. Lisboa, Vega, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU, 1974. Vol. 1. p.9.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
- MOFFATT, Alfredo. **Psicoterapia do Oprimido: ideologia e técnica da psiquiatria popular**. São Paulo, Cortez, 1984. 5ª. ed.
- MONTEIRO, Paula. **Da Doença à Desordem: A magia da umbanda**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1986.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. **Machado de Assis: O Alienista e outras histórias**. Introdução. Rio de Janeiro, Tecnoprint, /s.d./.
- ROTTERDAM, Erasmo de. **O Elogio da Loucura**. Rio de Janeiro, EDIOURO, /s.d./.
- SARBIN, T. R. & ALLEN, V. L. Role Theory. In G. LINDZEY & E. ARONSON. **Handbook of Social Psychology**. Cambridge, Mass: Addison-Wesley, 1968. 2ª ed. Vol. 2.
- SERRANO, Alan Indio. **O que é Psicologia Alternativa**. São Paulo, Brasiliense, 1985. 4ª ed.
- SZASS, Thomas. **A fabricação da Loucura**. Rio de Janeiro, Zahar 1978. 2ª ed.
- _____. **Ideologia e Doença Mental**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

TUNDIS, Silverio de Almeida et Alii. **Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis, Vozes - ABRASCO, 1987.

VELHO, Gilberto. Duas Categorias de Acusação na Cultura Brasileira Contemporânea. In: _____. **Sociedade e Doença Mental**. Rio de Janeiro, Campus, 1978.